SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - 26.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, para a execução de suas atividades, nos termos do artigo 22, do Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, teve a sua estrutura regimental atual aprovada pelo Decreto nº 33.420, de 15 de dezembro de 2011 e a sua estrutura administrativa alterada em 27 de outubro de 2015, por meio do Decreto nº 36.841, de 26 de outubro de 2015, publicado no Suplemento B do DODF nº 207, de 27 de outubro de 2015.

Em conformidade com o Decreto nº 36.236, de 01 de janeiro de 2015, publicado na Edição Extra Especial nº 01 do DODF, esta Secretaria tem atuação e competência nas seguintes áreas: I - sistemas de transporte de passageiros; II - sistema viário; III - planejamento e gestão de trânsito; IV - estacionamentos públicos; V - carga e descarga em áreas urbanas; VI - calçadas e ciclovias; VII - regulação e normatização dos serviços e das infraestruturas de transportes; VIII - fiscalização dos serviços e das infraestruturas de transporte.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	5	18	135	168
Comissionados sem vínculo efetivo	37	0	17	0	54
Requisitados de órgãos do gdf	9	2	5	31	47
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	2	o	3
Estagiários	0	12	0	6	18
Menor aprendiz /projeto jovem candango	o	9	0	10	19
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	7	18
Outros – especificar (servidor sem vínculo)					
Subtotal	57	39	42	189	327
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	0	4	6
Total Geral	57	37	42	185	321

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	550.000,00	325.500,00	324.564,64	293.564,64	
8514 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	550.000,00	325.500,00	324.564,64	293.564,64	
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	550.000,00	325.500,00	324.564,64	293.564,64	



Contribuindo para a inclusão social de presos e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais, a Semob manteve o seu contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP.

Em 2017, em média, foram 17 reeducandos reassistidos por mês, desenvolvendo atividades operacionais internas, contribuindo para geração de renda e reintegração social desses cidadãos.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	14.795.233,00	13.657.058,00	446.088,50	259.963,65
0023 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	14.795.233,00	13.657.058,00	446.088,50	259.963,65
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	4.060.000,00	7.837.409,00	5.203.979,71	4.154.041,24
0001 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANODISTRITO FEDERAL	4.060.000,00	7.837.409,00	5.203.979,71	4.154.041,24
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000,00	0,00	0,00	0,00
5118 - REALIZAÇÃO DE EVENTOSDISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.050.000,00	5.300.000,00	2.352.000,00	1.536.000,00
6192 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISASDISTRITO FEDERAL	6.050.000,00	5.300.000,00	2.352.000,00	1.536.000,00
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1.088.449,00	1.230.707,00	0,00	0,00
6081 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIASDISTRITO FEDERAL	1.088.449,00	1.230.707,00	0,00	0,00
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	2.000.000,00	175,00	0,00	0,00
0003 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	175,00	0,00	0,00
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	42.600.000,00	42.600.000,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL- EXTENSÃO DO CORREDOR SUL- REGIÃO SUL	42.600.000,00	42.600.000,00	0,00	0,00
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	435.665,00	0,00	0,00	0,00
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS- SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	435.665,00	0,00	0,00	0,00
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	650.000,00	1.540.000,00	362.003,27	323.223,82
0003 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	650.000,00	1.540.000,00	362.003,27	323.223,82
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	4.600.000,00	7.520.400,00	771.626,51	1.201,08
9487 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NAS RODOVIAS DF 095 E DF 003-DISTRITO FEDERAL	4.600.000,00	7.520.400,00	771.626,51	1.201,08



AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	6.300.000,00	11.153.656,00	3.967.259,16	3.083.177,12	
0001 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOSDISTRITO FEDERAL	6.300.000,00	11.153.656,00	3.967.259,16	3.083.177,12	
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	4.800.000,00	4.622.000,00	0,00	0,00	
4362 - CONSTRUÇÃO DE PONTES- NA VIA ESTRADA PARQUE TAGUATINGUA GUARÁ-DISTRITO FEDERAL	4.800.000,00	4.622.000,00	0,00	0,00	
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	2.700.000,00	1.486.000,00	0,00	0,00	
7909 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOSDISTRITO FEDERAL	2.700.000,00	1.486.000,00	0,00	0,00	
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	90.379.347,00	97.047.405,00	13.102.957,15	9.357.606,91	

Observa-se que do total dos recursos autorizados e não empenhados na importância de R\$57.896.228,00, no Programa Temático "Mobilidade Integrada e Sustentável", R\$42.600.000,00 que correspondem a 73,58% cuja execução orçamentária do Programa nº 26.453.6216.1794.0003 restou prejudicada a exemplo do ocorrido em 2016 em razão do posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para que não fossem realizados pagamentos ao Consórcio responsável pela execução da obra, uma vez que haveria eventuais dúvidas acerca do real valor a ser pago.

Programas de trabalho:

A Lei nº 5.796/2016, também conhecida como Lei Orçamentária Anual de 2017, fixou a despesa autorizada desta Secretaria de Mobilidade para a execução de forma direta e indireta das suas atividades finalísticas em R\$ 156.749.058,20.

O valor total autorizado pode ser assim especificado: 30,85% para custeio de despesas com pessoal e encargos sociais; 14,42% para despesas correntes (exemplo: manutenção administrativa) e; 54,73% para investimento (exemplo: obras).

A execução orçamentária (despesas liquidadas) desta Pasta atingiu o percentual de 41,86% em relação ao total autorizado.

Porém devemos frisar que, do total de recursos autorizados na categoria investimentos, merece destaque o valor destinado à execução de obras civis, como por exemplo a implantação do Corredor de Transporte Coletivo Eixo Sul – BRT Sul, que no corrente ano teve o orçamento total de R\$ 42.600.000,00 com fonte de recursos originários de operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Pró-Transporte / PAC Grandes Cidades.

Assim a execução orçamentária desse programa restou prejudicada, a exemplo do ocorrido em 2016, em razão do posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para que fossem suspensos os pagamentos relativos às obras mencionadas, até a conclusão de auditorias internas e externas no respectivo contrato

De igual modo, temos o montante de R\$ 14.565.684,00 que não foram executados no corrente ano, pois tratam-se de recursos com origem na Contrapartida de Mobilidade Urbana, disposta pela Lei nº 5.632/2016 e regulamentada pelo Decreto nº 37.252/2016, cuja arrecadação ficou condicionada a respectiva deliberação do Comitê de Mobilidade Urbana.

Dessa forma, para que seja demonstrada a real execução orçamentária desta Secretaria, é condição necessária a supressão dos valores acima citados para mensuração dos resultados alcançados na execução orçamentária/financeira da SEMOB, pois apesar de constar como despesa autorizada a sua execução estava condicionada à outros fatores, como decisão do TCDF entre outros.

Logo, a despesa autorizada totaliza o montante de R\$ 99.583.374,20, com execução pela SEMOB de R\$ 65.616.816,73, representando 65,90% do total autorizado.

of po

OBJETIVO GERAL: Promover a mobilidade das pessoas com qualidade, segurança e sustentabilidade.

As atividades realizadas pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob estão relacionadas ao desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações que promovam a efetivação das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), bem como as políticas e diretrizes estratégicas do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF (Lei 4.566/2011), os quais abrangem os sistemas de transporte público, a política tarifária, a tecnologia de transporte, os sistemas inteligentes de transporte (ITS), o trânsito, o sistema viário, os estacionamentos, e a mobilidade ativa, conceito que corresponde, basicamente, à ciclomobilidade e à mobilidade a pé.

Em conformidade com o Programa Circula Brasília - lançado em maio de 2016 e que **prioriza o transporte coletivo e não motorizado**, englobando mais de 80 ações de curto, médio e longo prazo, foram desenvolvidas diversas frentes de trabalho no âmbito desta Secretaria de Mobilidade.

TRANSPORTE COLETIVO

Com relação ao **transporte público coletivo**, a Semob dedicou-se intensamente ao aperfeiçoamento do sistema de bilhetagem em 2017 e logrou implementar, em setembro, o Bilhete Único, junto ao DFTrans. Com uma nova família de 10 cartões, quatro deles novos (Cartão Criança Candanga, Cartão Especial do Acompanhante, Cartão Melhor Idade e Cartão Brasília Turista), o acesso à integração do transporte público tornou-se mais fácil, resultando em economia para o cidadão. Outro importante serviço disponibilizado foi a possibilidade de recarga de cartões on-line.

O sistema de bilhetagem também passou a contar com nova tecnologia, a biometria facial, que começou a ser implementada na frota em caráter experimental no primeiro semestre de 2017 e alcançou, até o fim do ano, mais de 700 veículos, dado o positivo resultado na identificação de fraudes no sistema. A biometria visa coibir a utilização indevida do benefício da gratuidade no transporte público.

Ainda no eixo de priorização do transporte público coletivo, destacam-se os trabalhos, junto ao DER e SINESP, de melhoria da infraestrutura viária para esse modal, notadamente: o BRT-Sul e o Eixo Oeste.

Com relação ao corredor de ônibus Expresso Sul (BRT-Sul), foram três frentes principais de atuação, quais sejam, abertura e operação das duas estações remanescentes ao longo do subtrecho 2 (entre a Estação Catetinho e a Parkway, na EPIA Sul); a contratação das obras do subtrechos 3 e 4 em andamento (entre a Estação Parkway e o Terminal da Asa Sul).

Junto ao DFTrans, a Semob empenhou-se em proporcionar condições adequadas para que as estações de BRT ainda fechadas pudessem vir a operar. Assim, ao longo de 2017, foi resolvida a questão de vigilância em todas essas estações, e foram solucionados diversos aspectos relacionados à estrutura das edificações e ao mobiliário, de modo que, em 23 de outubro de 2017, as unidades Vargem Bonita e Granja do Ipê foram abertas, atendidas por 5 linhas BRT. A abertura das outras duas unidades acontecerá no primeiro semestre de 2018, quando estará concluída a reposição de vários vidros quebrados, viabilizado a partir de ata de registro de preços elaborada e adjudicada neste ano.

Quanto à contratação das obras dos subtrechos 3 e 4 do BRT-Sul, a Semob definiu diretrizes de execução e apoiou o DER na elaboração do termo de referência para licitação das obras, o qual está em vias de conclusão, e no diálogo junto ao IBRAM nas questões relativas ao licenciamento ambiental - cujas análises tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2018.

Já com relação ao ITS, a Semob está elaborando o Termo de Referência para a instalação dos equipamentos desse sistema, que deverá ocorrer em 2018, a depender de questões judiciais acerca do empreendimento (BRT-Sul).

Já com relação ao Eixo Oeste, **a Semob** tem feito gestões no âmbito dos diversos órgãos do GDF visando à avaliação, à revisão e à aprovação da documentação técnica dos projetos do Corredor Eixo Oeste, que liga Ceilândia e Taguatinga ao Plano Piloto, passando ainda por Águas Claras, Vicente Pires, Guará, SIA, Octogonal e Sudoeste. A revisão proposta visa adequar o projeto do corredor para a operação de um sistema Tronco-Alimentado de BRT, considerando ainda a implantação ocorrida em 2016, do Binário formado pelas vias Samdu e Comercial em Taguatinga e das exigências do IPHAN



em relação à via EPIG, no perímetro tombado. Também a Semob tem se dedicado ao Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do túnel de Taguatinga e Boulevard-CPV, com o acompanhamento e a definição das diretrizes para construção do trecho do Corredor de Transporte do Eixo Oeste no acesso ao Setor Habitacional Sol Nascente e acompanhamento do alargamento do viaduto de ligação de Taguatinga Centro com a Estrada Parque Taguatinga EPTG – DF 085, estas obras em andamento.

Com relação ao Eixo Sudoeste, a Semob tem realizado o acompanhamento técnico, contemplando a elaboração de Termo de Referência para contratação de estudos complementares e projeto executivo para implantação de corredor de transporte exclusivo, com definição das diretrizes para projeto da infraestrutura de apoio – terminais e estações. O Projeto Executivo sob a responsabilidade do DER.

Já referente ao Eixo Norte (BRT-Norte), que ligará Planaltina e Sobradinho ao Plano Piloto de Brasília, e a melhoria do acesso norte da cidade, a Semob tem colaborado na revisão do projeto do TTN, para a readequação dos trajetos e das infraestruturas para ciclistas e pedestres, como também da realocação de paradas de ônibus.

Destacam-se, também, outra s melhorias viárias dedicadas à promoção de melhor fluidez no trânsito, mas cujos projetos abarcam, como não poderia deixar de ser, na priorização do transporte público coletivo, tais como:

Projeto Nova Saída Norte: Por solicitação da TERRACAP e da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas - SUBPPP, foram elaborados Projeto Básico, minuta de Edital e minuta de Contrato com vistas à contratação de empresa de consultoria para a elaboração de estudos técnicos de transporte urbano e análise de orçamento do Projeto Nova Saída Norte que deverá ligar a L-2 Norte a Sobradinho, passando pela península do Lago Norte, Setor de Mansões do Lago Norte e Taquari. O processo foi encaminhado à PGDF, em 06/12/2017, para análise e manifestação. Em 22/12/2017 a PGDF disponibilizou os Relatórios 1024/17 e 1025/17 com pedidos de complementações/correções que foram atendidas pela Semob e terão as análises jurídicas e administrativas finais realizadas no início de 2018.

Projeto Via Transbrasília: Por solicitação da SUBPPP, foram elaborados Projeto Básico, minuta de Edital e minuta de contrato com vistas à contratação de empresa de consultoria para a elaboração de análise de orçamento do Projeto da Via Transbrasília que deverá ligar Samambaia ao Plano Piloto, passando por Taguatinga, Águas Claras e Guará.

O processo encontra-se na Semob aguardando Decreto de excepcionalidade para a realização de licitação e, posteriormente, deverá ser encaminhado à Procuradora-Geral do Distrito Federal – PGDF. Entretanto, decidiu-se que o estudo de análise de orçamento do Projeto da Via Transbrasília será realizado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e, portanto, a Semob aguardará evolução desse trabalho para avaliação da necessidade de estudos adicionais.

Infraestrutura do STPC - Áreas de estocagem de ônibus: Com o objetivo de proporcionar melhorias técnicas na operação do STPC, a Semob elaborou dois editais para concessão de áreas de estocagem de ônibus, destinado às concessionárias e cooperativas de transporte público coletivo na cidade, em caráter provisório e temporário. A localização dessas áreas são importantes para a eficiência operacional das linhas, uma vez que, bem localizadas, são capazes de reduzir a quilometragem morta (trechos nos quais os ônibus operam sem passageiros, antes do início ou após o término das viagens). Em 2017, as duas áreas objeto dos referidos editais, a serem publicados no início de 2018, foram em Ceilândia, na QNR 02, junto ao Terminal Rodoviário, e na região de Sol Nascente, que já foi destinada pela Terracap à Semob.

Plano de Transporte Rural: Grupo de Trabalho criado pela SEMOB com a participação da TCB e DFTRANS elaborou o Plano de Transporte Rural composto de um diagnóstico da situação atual do transporte complementar rural, levantamento das atuais linhas e demais dados operacionais, bem como a situação dos contratos. Foram elaboradas propostas de medidas de caráter técnico para a racionalização das linhas atuais e apresentadas alternativas para a continuidade da prestação dos serviços na área rural do DF. O relatório final foi concluído e entregue ao Gabinete em 31 de julho de 2017.

Aquisição de Ônibus Elétrico: Foi elaborado Projeto Básico com vistas ao lançamento de processo licitatório para a aquisição de 4 ônibus elétricos para compor a frota de veículos da TCB. O documento foi encaminhado ao Gabinete e à TCB para análise e aprovação.

Ainda, a Semob vem desenvolvendo estudo preliminar para melhoria do acesso dos ônibus à Rodoviária do Plano Piloto, em caráter preliminar, visando à implantação de um conjunto de adequações das condições de acesso dos ônibus autorizados nas vias de circulação internas e nas principais interseções com as vias externas, de modo a facilitar as entradas e saídas dos ônibus





e evitar que o tráfego em geral provoque interferências na circulação prioritária que o transporte coletivo precisa ter.

A partir de recomendações do Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU e de estudos e trabalhos previamente realizados sobre problemas e necessidades enfrentados pelo Sistema de Transporte Público Coletivo em todo o percurso do Eixo Monumental, a Semob iniciou estudo para avaliar a possível implantação de faixa exclusiva nesse trecho, objetivando a melhoria naquela região, com medidas de baixo custo e de resultado imediato, a partir da interseção da Saída NW (Noroeste), em forma de projeto piloto, complementando e ajustando as características geométricas, as sinalizações verticais e horizontais e as medidas para fiscalização/acompanhamento operacional. Além disso, referem-se, ainda, à preparação dos elementos técnicos em meio digital sobre as características físicas da via nos dois diferentes trechos (leste e oeste), com diferentes características operacionais, nos sentidos das vias S1 e N1. A prioridade definida trata da obtenção de informações nas interseções com as principais vias que cruzam esse eixo, tais como a EPIA, EPIG, W3, Eixo Rodoviário (Eixão), L2 e L4, destacadamente na interface deste trabalho com o da Implantação de Faixa Exclusiva na W3. Trabalho 90% realizado, aproximadamente, com prazo de conclusão previsto para março de 2018.

Também, a Semob esta avaliando a necessidade de adequação da infraestrutura viária nas rotas de ônibus em Samambaia Norte e Samambaia Sul. O estudo visa à recuperação geométrica e estrutural da via do conjunto 1 da QR. 629, com o necessário alargamento ou duplicação, e, ainda, com as faixas de aceleração e de desaceleração, para melhorar a aproximação dos veículos na interseção desta via com a via Noroeste, para permitir o acesso da Via Principal à Quadra 629. O trabalho, ainda em fase de levantamento preliminar, está sendo realizado a partir de elaboração de minuta de correspondência para a SINESP, com base em levantamento "in loco" das condições de circulação e de acesso.

Ainda, em 2017, a Semob participou de diversas reuniões para discussão sobre a elaboração do Relatório de Impacto no Trânsito - RIT, que está sendo desenvolvido, de um lado, pela empresa privada Urbanizadora Paranoazinho S.A. - UPSA, e analisado, do lado do Distrito Federal, pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, por meio da Central de Aprovação de Projetos - CAP, e por esta Pasta. Entre os diferentes estudos necessários e os assuntos preparatórios para a elaboração do RIT, destacam-se o plano de ocupação para a área, o projeto da Nova Saída Norte e o Eixo do BRT-Norte, entre outras interfaces com diferentes iniciativas de mobilidade. Trabalho 90% realizado, aproximadamente.

Outra importante ação da Semob na temática de Transporte Público Coletivo foi a contratação, em janeiro de 2017, da avaliação independente dos contratos de concessão do STPC, como forma de pericoar os mecanismos de cálculos de custos do sistema, tarifa e aferição da qualidade da prestação de serviços. Informa-se que a execução desse trabalho está sendo realizada pela Fundação Getúlio Vargas, por meio do Contrato nº 01/2017 - SEMOB/DF, firmado em 23 de janeiro de 2017. Esse trabalho alcançará sua fase final em dezembro de 2017 e resultará, ao todo, em 11 produtos, considerando os dois produtos relativos ao planejamento e ao relatório final, bem como os quatro produtos acrescidos pelo 2º Termo Aditivo, o qual provocou prorrogação do prazo de execução do contrato, estendido até janeiro de 2018, quando se encerra também o prazo de vigência.

A referida avaliação independente é um marco importante para o transporte público no DF, pois, em que pese no ano de 2015 o STPC/DF ter se consolidado e passado a operar em sua totalidade (frota, linhas, demanda), existem questionamentos acerca dos contratos de concessão de transporte coletivo do Distrito Federal. Nesse sentido, destacam-se: a Solicitação de Ação Corretiva n.º 09/2015 da Controladoria-Geral do Distrito Federal — CGDF, de 31 de agosto de 2015, que consignou observações acerca da Operação Branca do BRT Sul; o Relatório de Auditoria Especial nº 1/2015 da CGDF, de 18 de dezembro de 2015, que teve como objetivo verificar a conformidade e sustentabilidade econômica do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal; bem como o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Transporte Público do Distrito Federal.

R

A contratação envolve os seguintes temas: análise contábil e econômico-financeira dos contratos de concessão em vigor, avaliação do modelo de gestão, monitoramento e fiscalização da prestação dos serviços contratados, análise da gestão financeira do serviço de transporte coletivo público de passageiros e verificação do cumprimento dos requisitos contratuais e normativos relacionados à prestação dos serviços.

Dos resultados alcançados com a avaliação independente, em respeito aos princípios da autotutela e da economicidade, as tarifas técnicas e o contrato poderão ser revistos, devendo ser apreciados

todos os valores pagos/devidos em decorrência dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo vis-à-vis os parâmetros contratuais.

Um resultado de destaque do estudo foi referente ao funcionamento do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), cujas percepções forma decisivas para a criação da Unidade Especial de Supervisão do SBA, regulamentada pela Portaria Conjunta nº 13, de 10 de outubro de 2017.

Com relação ao pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais de ônibus urbanos, em 2017, foram entregues 2 (duas) novas unidades (em operação em Samambaia Norte e Samambaia Sul) e 2 (dois) do Programa de Transporte Urbano (PTU), financiado pelo BID, terminais reformados, um no Núcleo Bandeirante e outro em Planaltina. Esses, somam-se aos 6 (seis) novos terminais em operação (Gama Leste, QNR - Ceilândia, Sobradinho II, Riacho Fundo II, Recanto das Emas I, Recanto das Emas II, e aos 7 (sete) terminais totalmente reformados (Guará I, Guará II, Paranoá, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul - Ceilândia, M Norte - Taguatinga), já entregues, encontra-se em fase de homologação a contratação para a execução da reforma do terminal de Sobradinho Centro. A seguir, são apresentadas fotos dos terminais entregues à população em 2017:

Terminal Samambaia Norte - inaugurado em janeiro/17

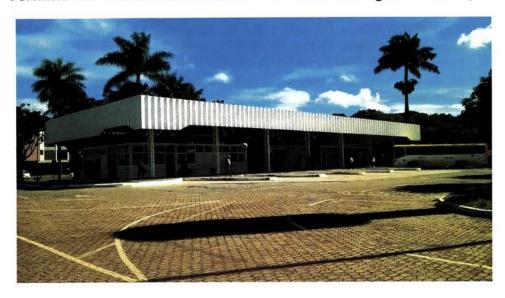


Terminal Samambaia Sul – inaugurado em abril/17



J.

Terminal do Núcleo Bandeirante - reforma entregue em abril/17



Terminal de Planaltina (reforma entregue em dezembro/17)



O Terminal de Ônibus Urbano de Sobradinho (Centro) será o próximo a ser reformado. Contará com banheiros acessíveis, paraciclos e lanchonete. Ainda, estão previstas plataformas, salas administrativas, pontos de estocagem, vagas de estacionamentos e nova iluminação. Integrante do Programa Circula Brasília, a obra representa um investimento de cerca de R\$ 8 milhões e teve Ordem de Serviço emitida em 19/12/17.

Ainda no âmbito do PTU foram realizadas ações em duas áreas: compensação ambiental e fortalecimento institucional, além da contratação da supervisão dos empreendimentos do Programa que permitirá produzir toda a documentação técnica para fechamento da cooperação. No que se refere a aera ambiental, foram plantadas 87.885 mil mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília e iniciou-se o processo licitatório para a aquisição de veículos de combate a incêndios florestais.

Já no tocante ao fortalecimento institucional foram capacitados 600 agentes multiplicadores em 17 oficinas com a sensibilização de 10 mil pessoas, no Programa de Educação Sócio Ambiental. Além disso, foram capacitados 170 profissionais de diversos órgãos do governo e Brasília em Gestão do Transporte Público.



Figura 17 - Plantio de Mudas no Jardim Botânico de Brasília



Áreas complementares, muda de Triplaris americana (Pau-formiga) com 1 ano de idade. 21-mar-2017. Fonte Geo Lógica.



Áreas complementares, após roçada semi-mecanizada, com muda de Piptadenia gonoacantha (Pau jacaré) se destacando em crescimento em altura. 11-mai-2017. Fonte Geo Lógica.

Adicionalmente, visando ao Fortalecimento Institucional da SEMOB, estão em curso os processos para aquisição de soluções de software e treinamentos, com a finalidade de dotar a Secretaria e órgãos vinculados de recursos tecnológicos para a elaboração de projetos, planejamento de tráfego e de sistemas de transportes (macrossimulações e microssimulações), geoprocessamento (GIS – Sistema de Informações Geográficas) e automatização de projetos viários em ferramenta CAD (Projeto Assistido por Computador).

Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, visando à Melhoria da Segurança Viária para Transporte Motorizado e Não Motorizado, foram iniciados em julho/2017 os serviços de "Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA). As fotos a seguir mostram o início das obras.

Passarela nº 6 (EPCL) - montagem do canteiro de obras (setembro/17)



AQ.

Passarela nº 6 (EPCL) - forma e armação de blocos (outubro/17)



Passarela nº 7 (EPCL) – terraplenagem do terreno (setembro/17)



Passarela nº 7 (EPCL) - estacas de fundação (outubro/17)



A

Outras obras importantes, no sentido de melhorar a segurança viária, consistem no "Alargamento das Pontes sobre o Córrego Samambaia, Córrego Vicente Pires e Viadutos FCA – Ferrovia Centro Atlântica na DF-085 (EPTG)", cujo contrato de execução foi assinado em novembro/2017. O início das obras está previsto para janeiro/2018, com prazo de conclusão de 120 dias.

She

MOBILIDADE ATIVA

Com relação à Mobilidade Ativa, o planejamento da mobilidade a pé e da ciclomobilidade, que possuem características e necessidades semelhantes, está sendo consolidado no Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF. Esse Plano, que apresentará os princípios, diretrizes e objetivos para melhoria das condições da mobilidade a pé e da ciclomobilidade, foi estruturado por meio de ações em 4 eixos: Gestão; Oferta de Infraestrutura, Serviços e Tecnologia; Educação e Comportamento; e Participação Social.

Para fortalecer as ações de mobilidade ativa, foram avançadas as tratativas para celebração de acordos de cooperação entre a SEMOB e instituições amplamente renomadas no âmbito da mobilidade urbana.

O Acordo de Cooperação entre a SEMOB e o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) para Elaboração de Metodologia para Construção de Plano de Mobilidade Ativa tem sua assinatura prevista para janeiro de 2018. Essa parceria permitirá, além do apoio à SEMOB/DF na elaboração do PMA-DF, extrapolar a experiência do GDF por meio de relatório com uma metodologia abrangente que auxilie o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em outras cidades brasileiras.

Já o Acordo de Cooperação entre a SEMOB e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) tem por objetivo a conjugação de esforços e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos com vistas ao desenvolvimento de ações nas áreas de mobilidade a pé, ciclomobilidade e controle social.

Por fim, o Acordo de Cooperação entre a SEMOB e a WRI Brasil, visa, além de subsidiar a SEMOB na avaliação de sistemas de transporte público, colaborar na elaboração e desenvolvimento de atividades de articulação institucional e participação social nas ações de planejamento da mobilidade ativa. No âmbito desta parceria, foram realizadas as seguintes atividades:

Workshop Ruas Completas: o workshop teve duração de 8 horas, no dia 23 de agosto de 2017, e contou com palestra, discussões e atividade prática, com o objetivo de capacitar técnicos e grupos da sociedade civil quanto ao conceito de Ruas Completas e subsidiar a elaboração do projeto de requalificação da Av. Independência de Planaltina, de competência da SEGETH;

Oficinas de Participação de Elaboração do PMA-DF: duas oficinas de participação de elaboração do Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal, uma com os órgãos do GDF envolvidos no tema e a outra com a sociedade civil, com duração de 4 e 3 horas, respectivamente, no dia 13 de dezembro de 2017.

Além disso, diversas ações importantes para fomentar a mobilidade ativa foram desenvolvidas pela SEMOB em 2017, tais como:

- a) Zona 30: Elaboração da minuta do Decreto que institui a Zona 30 no âmbito do Distrito Federal, com o objetivo de estimular o uso dos espaços públicos e dos meios de transporte não motorizados, de forma segura, inclusiva e sustentável.
- b) <u>Dia Mundial Sem Carro</u>: Em 22 de setembro, no Dia Mundial Sem Carro, foram realizadas diversas atividades no estacionamento da Quadra 6 do Setor Comercial Sul, a fim de se promover a conscientização em defesa de cidades mais humanizadas, com maior equidade no uso dos espaços públicos e melhor qualidade de vida para as pessoas. A data é uma oportunidade para que todos possam vivenciar a cidade de outra forma, estimulando uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel e seus impactos diretos e indiretos, como a poluição ambiental, os acidentes viários e a deterioração dos espaços urbanos. Seguem algumas fotos do evento:

M



- c) Requalificação viária da EPPN: Elaboração de Nota Técnica sobre a necessidade e relevância da redução da velocidade da EPPN e requalificação da infraestrutura cicloviária da via EPPN no Lago Norte, solicitando a alteração da velocidade máxima permitida de 70 km/h para 60 km/h. Tal medida tem por objetivo a implantação de ciclofaixa contínua, eliminando o acostamento e as faixas de aceleração e desaceleração, e a redução da quantidade de acidentes e da gravidade dos mesmos;
- d) Requalificação viária do Eixo Rodoviário Norte-Sul (Eixão): Elaboração de estudo para requalificação do Eixão e dos Eixinhos por meio de ações de curto, médio e longo prazo que aumentem a segurança viária e insiram gradualmente a mobilidade ativa;
- e) <u>Mutirão da cidadania na Região Administrativa de Planaltina</u>: A atividade permitiu identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta; envolver a população no desenvolvimento de diretrizes de intervenção; abrir um diálogo com a população; e identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade a esse diálogo; e
- f) <u>Mutirão da cidadania na Região Administrativa Estrutural</u>: A atividade foi desenvolvida por meio de uma dinâmica com a população para aplicação de questionário piloto que servirá para embasamento na consulta pública a ser realizada na composição do Plano de Mobilidade Ativa.

Ciclomobilidade

No tocante à ciclomobilidade, destaca-se o lançamento, em agosto de 2017, do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, cujoscomponentes principais foram:

- Proposta de expansão da malha cicloviária estruturante do DF, de 420 km para 1.200 km, ao longo dos próximos 6 anos. A primeira fase conta com 218 km que serão concluídos até o fim de 2018;
- Lançamento de 5 novas estações de bicicletas compartilhadas na UnB;
- Estudo para ampliação do sistema de bicicletas compartilhadas (com incremento de 40 a 80 estações) nas Regiões Administrativas do Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e elaboração do respectivo Termo de Referência;

- Estudo para implantação de estações do sistema de bicicletas compartilhadas, modo integração, em 3 estações do BRT: Park Way, Santa Maria e Gama e elaboração do respectivo Termo de Referência;
- Elaboração de projetos conceituais e orçamentos para implantação de bicicletários em salas sem uso em 10terminais rodoviários novos ou reformados, e articulação institucional visando o apoio das operadoras das respectivas bacias doSTPC/DFpara implantá-los; e
- Estudo para implantação de 3 mil paraciclos em todo o Distrito Federal e elaboração do respectivo Termo de Referência.

Observa-se que para a definição da expansão da malha cicloviária, foi necessária a revisão, em conjunto com o ITDP, da rede cicloviária existente no DF. Além disso, para manter o planejamento cicloviário atualizado, a SEMOB tem acompanhado a elaboração de projetos e a implantação de infraestruturas cicloviárias pelos demais órgãos do GDF, como, por exemplo, para a Região Administrativa de Águas Claras e para o complexo viário do Trevo de Triagem Norte - TTN.

Especificamente sobre o Trevo de Triagem Norte – TTN, a SEMOB vem dialogando com o DER a fim de se implantar uma rede integrada de mobilidade para os modos ativos e para os usuários do transporte coletivo na região, adequada às diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal. O contrato vigente de execução das obras contempla a primeira etapa dessa rede, para a qual o traçado cicloviário inicialmente previsto foi revisto para atender melhor os deslocamentos por bicicleta. Entretanto, ainda seguem as tratativas com o DER a fim de dar continuidade às demais etapas dessa rede, que contemplam a transposição da DF-002 (Eixão) entre as quadras 116/216 e demais conexões para pedestres e ciclistas.

A fim de se consolidar o planejamento cicloviário e subsidiar o Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF, em agosto deste ano foi contratada a consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos com vistas à Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal (contrato nº 06/2017-SEMOB), decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF. A partir do mapa da malha cicloviária do Distrito Federal, a contratada, até o presente momento, fez um amplo levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária de forma a oferecer informações acerca da qualidade do pavimento, sinalização, sombreamento, continuidade, dentre outros. As próximas etapas contemplam a elaboração e adequação de projetos cicloviários existentes e implantados, com conclusão prevista para abril/2018.

Com o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade e estabelecer um marco legal, normativo e estratégico para planos, programas e ações referentes à mobilidade por bicicleta e demais ciclos, foi elaborada a minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Ciclomobilidade no DF, que será submetida à consulta pública no início de 2018.

Por fim, registra-se como atividade da ciclomobilidade a ampliação do número de estações de 40 para 45.

Mobilidade a Pé

De forma semelhante à Política de Ciclomobilidade no DF, com o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade e estabelecer um marco legal, normativo e estratégico para planos, programas e ações referentes à mobilidade de pedestres, foi elaborada a minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF, que está sendo debatida com a equipe técnica da SEGETH e será submetida à consulta pública no início de 2018.

M.

A fim de se consolidar o planejamento da mobilidade a pé e subsidiar o Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF, em agosto deste ano também foi contratada a consultoria para Elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal, decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF.

Foi realizada uma pesquisa com um total de 2.395 entrevistas em 50 pontos de acesso ao sistema de transporte público coletivo de alta e média capacidade, sendo esses terminais, paradas de ônibus, estações de BRT e todas as estações metroviárias em funcionamento. A partir disso, foram selecionadas 138 rotas de acesso por pedestres a esses pontos que estão sendo analisadas *in loco*. Após esse levantamento, será desenvolvido um documento base para estabelecimento de prioridades de adequação das condições de acessibilidade nessas rotas, cuja entrega está prevista para janeiro de 2018.

Outra atividade importante no âmbito da mobilidade a pé foi o acompanhamento do Plano de Ação para os anos de 2017 a 2019, decorrente do Estudo Global de Acessibilidade do DF. Este estudo foi desenvolvido em 2016 com o esforço conjunto de vários órgãos do Governo em resposta ao TCDF que, em 2015, realizou uma auditoria operacional sobre Acessibilidade em Vias Públicas e Prédios Públicos no Distrito Federal.

De acordo com esse Plano de Ação, as principais atribuições previstas para diferentes órgãos do GDF são:

- Rotas acessíveis aos equipamentos públicos, instituições de ensino e hospitais regionais;
- Mobilidade ativa no entorno das estações de metrô;
- Requalificação de áreas centrais: Setor de radio e TV Sul, Setor de Autarquias Norte, SAF Sul e Galeria dos Estados;
- Reformas para acessibilidade dos centros de ensino especial e hospitais;
- Construção de abrigos com acessibilidade: meta de pelo menos 150 em 2017 e mais 150 em 2018;
- Implantação de acessibilidade em pelo menos 200 paradas de ônibus em 2017 e mais 200 em 2018;
- Toda a frota adquirida para o STPC/DF, desde 2013, deve seguir obrigatoriamente as normas de acessibilidade quando adquiridos os veículos;
- Execução de praças e parques para deficientes (PEC);
- Fiscalização das calçadas em Águas Claras, para garantir a acessibilidade;
- Recuperação e execução de calçadas com acessibilidade em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal; e
- Elaboração do Plano de Acessibilidade Distrital, que será integrado ao Plano de Mobilidade Ativa do DF – PMA-DF.

Além das ações de acessibilidade, a SEMOB está empenhada em buscar soluções para a redução das mortes e feridos decorrentes de acidentes no trânsito no DF. A partir do mapa de atropelamentos fatais desenvolvido pelo programa do Distrito Federal "Brasília Vida Segura",

Além das ações de acessibilidade, a SEMOB está empenhada em buscar soluções para a redução das mortes e feridos decorrentes de acidentes no trânsito no DF. A partir do mapa de atropelamentos fatais desenvolvido pelo programa do Distrito Federal "Brasília Vida Segura" que visa desenvolver políticas e ações para melhorar a saúde, a qualidade de vida e a segurança da população do Distrito Federal. Trata-se de um programa intersetorial, que tem em seu escopo duas frentes de atuação: Segurança Viária e Saúde. Os principais objetivos das iniciativas realizadas no âmbito do Brasília Vida Segura são reduzir o número de vítimas de acidentes de trânsito - por meio da melhoria do sistema viário - e de doenças crônicas, tais como hipertensão e diabetes, por meio de ações preventivas na saúde. No eixo "Segurança Viária", estão em andamento iniciativas nos campos da



engenharia, da educação/comunicação e da fiscalização do trânsito, com o intuito de ampliar a segurança nas vias do DF. No que se refere ao eixo "Saúde", as ações tem como foco estimular o bem-estar físico, mental e social do cidadão. Uma das metas, neste caso, é reduzir a quantidade de óbitos e internações decorrentes do uso de álcool, tabaco e por doenças não transmissíveis.

Através do "Brasilia Vida Segura" foi constatado que a rotatória entre Paranoá e Itapoã, pela qual passa um intenso fluxo de pessoas, não possui configuração adequada para o contexto urbano em que está inserida. Portanto, foi proposta a construção de calçadas compartilhadas e a implantação de mais faixas de pedestres.

Ainda nesse sentido, as travessias de pedestre da via W3 também estão sendo avaliadas. A W3 é a via urbana com maior índice de atropelamentos fatais do DF. A falta de faixas estimula a travessia de pedestres em locais não seguros, cuja velocidade máxima permitida é de 60 km/h, expondo-os a um maior risco. Diante disso, estão sendo estudados os locais para implantação de faixas e a diminuição da velocidade da via.

Outra atividade realizada foi para a Estação de Furnas, onde a integração entre metrô e ônibus apresenta diversos problemas, como calçadas desgastadas e inacessíveis e elevada quantidade de passageiros esperando nas paradas onde o abrigo é insuficiente. A obra proposta de melhorar a integração dos dois modos tem como objetivo humanizar o espaço público adequando a estrutura física às demandas do local e tornando-o mais interessante do ponto de vista econômico e social.

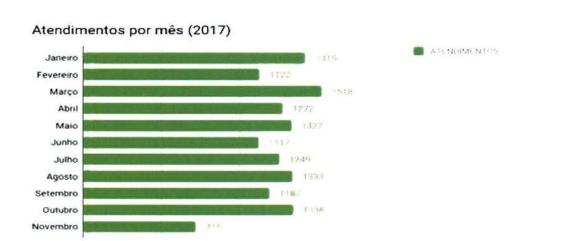
TRANSPORTE INDIVIDUAL

Atualmente, o Distrito Federal conta com a oferta de dois serviços de transporte individual: o Táxi e o Serviço Individual Privado por Aplicativos.

Com relação ao Serviço de Táxi, em setembro de 2017, a Secretaria de Mobilidade concluiu o recadastramento dos titulares das 3400 autorizações.

Vale ressaltar que todos os processos e procedimentos da SEMOB relativos ao Serviço de Táxi tiveram registro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, trazendo transparência, segurança e eficiência a todos os processos.

A partir da adoção do Sistema de Gerenciamento de Atendimento – SGA, gratuito, a SEMOB trouxe maior agilidade ao procedimento de atendimento aos taxistas, reduzindo o tempo de espera de atendimento de 25 minutos para 6 minutos, em média. Foram disponibilizados serviços *on line* para os Taxistas através do *Hesk*, solução que permite que sejam solicitadas declarações e certidões direto de casa ou do celular.



Ainda, a SEMOB está elaborando minuta de projeto de lei referente ao Táxi com vistas à atualização e melhoria do Serviço na capital. Fazem parte do esforço de melhoria e modernização a criação de

nova identidade visual para os veículos (a ser regulamentada) e desburocratização da solicitação de publicidade e propaganda nos carros (instituída pela Portaria 53, de 02/10/2017).

Sobre o Transporte Individual Privado por Aplicativos, a Lei Distrital nº 5.691, de 02 de agosto de 2016 disciplinou a prestação deste serviço e foi regulamentada pelo Decreto nº 38.258 de 07 de junho de 2017 bem como pelas Portarias nº 54, 55, 56 e 57 de 03 de outubro de 2017.

RECURSOS E INFRAÇÕES

Em 2017 a SEMOB, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, bem como dos serviços de táxi e mototáxi do DF, realizou análise e julgamento de 3.158 (três mil, cento e cinquenta e oito) processos relativos a recursos e infrações, sendo 9 (nove) processos referentes a operadores de táxi e 3.149 (três mil, cento e quarenta e nove dois) processos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI)

No primeiro trimestre de 2017, foi iniciada a construção do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Secretaria de Mobilidade com a metodologia do Balanced Scorecard (BSC) – ferramenta de gestão adotada amplamente no Governo do Distrito Federal. A SEMOB se empenhou em elaborar um Mapa Estratégico alinhado com o Plano Plurianual, o Mapa Estratégico do Governo, o Acordo de Resultados e com as diretrizes do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do DF (PDTU). Para que este caminho fosse percorrido, foi necessário o engajamento dos servidores e gestores da Pasta. Foram realizados encontros e reuniões para coleta de dados, os quais foram compilados no decorrer do processo.

Após o diagnóstico e o levantamento de necessidades, elaborou-se o novo Mapa Estratégico da Secretaria, que traduz, visualmente, as relações de causa e efeito que permeiam os objetivos da organização. O Mapa orientará a atuação da SEMOB para o triênio 2017-2019. Ele dispõe de quatro perspectivas analíticas: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos, Impacto para a Sociedade e Perspectiva de Resultados. Distribuídos nas perspectivas há 14 objetivos, cada qual com indicadores, metas e ações estratégicas relacionadas.

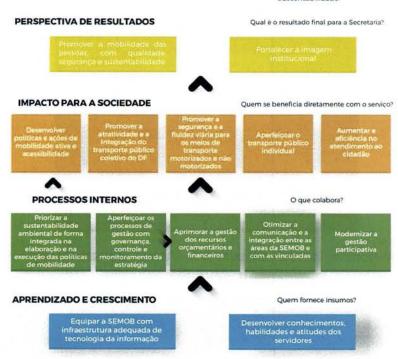




MAPA ESTRATÉGICO SEMOB - 2017/2019

MISSÃO: Assegurar à população o direito de ir e vir e o acesso à cidade, de forma integrada, com qualidade, sustentabilidade e justiça social.

VISÃO: Ser reconhecida por elevar a qualidade de vida das pessoas por meio de políticas integradas de mobilidade. VALORES: Ética - transparência -Compromisso com o interesse público - Justiça Social e Econômica - Comprometimento -Sustentabilidade.



A primeira etapa do planejamento culminou na apresentação do Mapa Estratégico aos servidores da Secretaria e vinculadas em evento realizado na Escola de Governo do Distrito Federal no dia 16 de março de 2017. No evento, que contou com, aproximadamente 130 pessoas, foi ministrada a palestra "A Eficácia do Planejamento Estratégico na Gestão Pública" pelo Diretor de Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas da União, Sr. Daniel Luiz de Souza. Na ocasião, o Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans apresentou seu novo Mapa Estratégico desenvolvido pelos próprios servidores do órgão sob consultoria da Unidade de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria de Mobilidade.

No intuito de comunicar a estratégia de forma simples e objetiva para todas as equipes, foram desenvolvidos os Painéis de Contribuição, os quais permitem que cada unidade, separadamente, acompanhe as ações do planejamento estratégico sob sua responsabilidade direta. Os painéis foram elaborados em conjunto com as unidades e subsecretarias da Semob como forma de facilitar a tradução do mapa estratégico e estimular a adesão de todos ao processo. O painel é anual e apresenta as etapas a serem realizadas para a consecução de cada ação e objetivo estratégico, bem como a evolução das metas e indicadores relacionados.

No que diz respeito ao monitoramento do Plano Estratégico, a Semob realiza, bimestralmente, reuniões bilaterais entre as suas unidades, para avaliar o andamento das metas e indicadores. Em



2017, ainda, foram realizados dois Cafés Estratégicos, que trataram de reuniões de avaliação da estratégia, na qual o Gabinete, os chefes de Unidades e os subsecretários realizaram uma avaliação geral da execução do Planejamento Estratégico.



1º Café Estratégico

Apresentação da metodologia BSC utilizada pela Semob em seu Planejamento Estratégico Institucional



No 2º Café Estratégico, realizado em dezembro, a Secretaria apresentou um balanço dos resultados do PEI em 2017. Na ocasião, as três unidades com melhor desempenho nos Painéis de Contribuição receberam um certificado de reconhecimento.



2º Café Estratégico



Na foto: apresentação dos resultados finais do Planejamento Estratégico Institucional. Semob ultrapassou a meta de 30%, fechando com 39,6% de suas ações entregues.



Na foto: Secretário-adjunto, Dênis Soares, e o chefe de Gabinete, Nilson Tavares, entregam certificado à unidade de Controle Interno (UCI) por atingirem 100% das suas ações previstas para o ano de 2017. Mais duas Unidades bateram a meta, Unidade Especial de Gestão de Projetos e Subsecretaria de Fiscalização Auditoria e Controle.

Ao final de 2017, das 58 ações previstas no PEI, 23 já haviam sido concluídas. Assim, o percentual de execução do Plano alcançou 39,6%, ficando 9,6% acima da meta estipulada para 2017.

Considerando que o Planejamento Estratégico Institucional foi elaborado para o triênio (2017-2019), a Semob está empenhada em executar as ações propostas para que ao final do período os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Entre as ações de planejamento realizadas em 2017, a Secretaria colaborou, no primeiro trimestre, na redefinição do projeto Mobilidade e Gentileza, idealizado pelo DFTrans. Como resultado deste trabalho conjunto foi construído um novo Termo de Abertura do Projeto (TAP), documento que prevê as atividades a serem realizadas no âmbito do projeto. As etapas previstas no TAP já foram iniciadas, estando em pleno andamento.

No segundo semestre de 2017, a Secretaria de Mobilidade, o Núcleo de Sistemas de Informação e Geoprocessamento do DFTrans e a Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais da Codeplan construíram, de forma conjunta, metodologia base para o indicador nº 11.2.1, "Percentual da população que tem acesso conveniente a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência" dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo da ação é viabilizar o



monitoramento da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), à qual o GDF aderiu em outubro de 2016.

Em virtude dos resultados já alcançados e das possibilidades de aproveitamento dos dados na definição de políticas públicas, o grupo responsável está realizando um refinamento do indicador, ajustando-o de forma mais adequada à realidade de Brasília e ampliando as possibilidades de uso das informações levantadas.

Monitoramento do Acordo de Resultados

Ao longo do ano, a Secretaria de Mobilidade executou também projetos monitorados pelo sistema Gestão DF. Entre os projetos pactuados pela Secretaria para o ano de 2017 - considerando o Acordo de Resultados firmado em fevereiro e o Aditivo celebrado em dezembro –, foram concluídas 8 ações, com destaque para a implantação do Bilhete Único, a inauguração das estações Vargem Bonita e Granja do Ipê (BRT) e a conclusão da reforma e inauguração do terminal de ônibus de Planaltina.

Plano de Dados Abertos - PDA

Em atendimento ao disposto na Lei nº 4.990/2012 (Lei Distrital de Acesso à Informação) e no Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, que institui a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional no âmbito do Distrito Federal, a Secretaria de Mobilidade construiu, em 2017, seu Plano de Dados Abertos – PDA, documento que elenca as ações para implementação e promoção de abertura de dados da Pasta, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

O PDA da Semob, elaborado com base no modelo e nas orientações da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, está disponível no Portal de Dados Abertos (http://www.dados.df.gov.br), desde outubro/2017, conforme imagem a seguir:





Carta de Serviços ao Cidadão

Entre as realizações no campo da transparênica SEMOB apresentou a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, que se constitui em um instrumento de controle social, no qual consta das informações de forma clara e acessível sobre os serviços prestados pelo órgão.

Em 2017, a Semob atualizou a Carta de Serviços, que, também, passou a ter uma versão digital disponível no site da Semob (http://www.semob.df.gov.br/category/carta-de-servicos/), facilitando mais ainda o acesso à informação.





Fonte: Site SEMOB

1

Mediação de Conflitos

Em 2017, a Semob implantou o projeto de Mediação de Conflitos, desenvolvido com base na instrução Normativa nº 02, de 25/07/2016, da Controladoria-Geral do Distrito Federal. O processo não é disciplinar; o objetivo é melhorar o diálogo entre os colaboradores da instituição por meio de um processo sigiloso com coparticipação de mediadoras nomeadas para atender esse tipo de demanda.

Foi desenvolvido um canal na intranet da Secretaria no qual os interessados em participar do procedimento podem registrar o primeiro contato. As informações preenchidas são confidenciais. O caso é, então, avaliado pelas mediadoras, que se reúnem com os envolvidos para abordar o conflito em questão. A medida não terá custos para a Pasta, uma vez que a intranet é usada como plataforma principal para mediação.

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1731 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - SEMOB	56	%	8		75	40	85	100	SEMOB/UO 26101/OE
Justificativa: 2017 - Devido	ao Aditivo do	Acordo de Re	sultados de 201	7, as datas de v	árias entregas	foram repactuad	as para 2018.		
1724 - EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA	420	км	2		471	442	548	637	SEMOB/UO 26101/OE 2
Justificativa: 2017 - Da info Ambas intervenções são cond					conclusão das	obras da EPTG ((25 km) e Lago	Oeste - DF 00:	[1 (12,6 km).
1730 - ÍNDICE DE QUALIDADE NO TRANSPORTE - IQT	0	%	-		50	0	90	100	SEMOB/UO 26101/OE 5

Justificativa: 2017 - Com relação ao IQT, sua não apuração deve-se ao fato de a SEMOB não ter os insumos necessários para o seu cálculo que é composto por 8 indicadores. Mas vale lembrar que um dos objetos do contrato celebrado entre a Semob e a FGV, para avaliação dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC, é a viabilização do cálculo esse Índice.

1724 - EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA

Da infraestrutura cicloviária prevista para 2017, Semob aguarda a conclusão das obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km). Ambas intervenções são conduzidas pelo DER e serão lançadas em 2018.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	1.430.000,00	953.554,00	953.553,12	953.553,12
0024 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	1.430.000,00	953.554,00	953.553,12	953.553,12
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.800.000,00	4.491.874,20	4.061.472,97	3.860.089,05
0019 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	5.800.000,00	4.491.874,20	4.061.472,97	3.860.089,05
TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	7.230.000,00	5.445.428,20	5.015.026,09	4.813.642,17

Em 2017, houve a execução de despesa no Programa de Trabalho 28.846.0001.9041.0024, referente a pagamento licença prêmio em pecúnia para três servidores desta Pasta que se aposentaram.

Com relação a Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, foi realizado o quantitativo de 1.633 (mil seiscentos e trinta e três) indenizações e restituições de transportes neste ano.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado 0,00	
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	500.000,00	0,00	0,00		
5291 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00	
3502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	45.052.754,00	45.284.932,00	45.231.151,12	45.231.080,70	
5987 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	45.052.754,00	45.284.932,00	45.231.151,12	45.231.080,70	
3504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.200.000,00	1.200.594,00	1.093.101,82	1.093.101,82	
0010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	1.200.000,00	1.200.594,00	1.093.101,82	1.093.101,82	
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8.177.000,00	7.383.215,00	6.249.604,12	4.802.594,37	
0009 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	8.177.000,00	7.383.215,00	6.249.604,12	4.802.594,37	
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	450.000,00	61.984,00	53.530,00	25.226,12	
2544 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	450.000,00	61.984,00	53.530,00	25.226,12	
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
0063 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	
9709 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00	





AÇÃO/SUBTÍTULO	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	55.979.754,00	53.930.725,00	52.627.387,06	51.152.003,01

A Semob se empenhou, no exercício de 2017, obter recursos organizacionais, modernizar métodos e processos, adotar novas tecnologias e modelos de gestão eficazes, para a otimização dos recursos disponíveis, redução de custos e elevação da qualidade dos serviços, de modo a efetivar seu papel estratégico de conduzir a organização para o cumprimento de sua missão e alcance de suas finalidades.

Embora tenham ocorrido algumas dificuldades orçamentárias e financeiras, principalmente em razão da dotação inicial para os programas de trabalho cujos orçamentos permaneceram bloqueados durante todo o exercício, avaliamos positivamente o desempenho, sobretudo quando observamos a execução frente aos valores autorizados e empenhados.

Na Administração de Patrimônio, em virtude da edição do Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, que aprovou o regimento interno do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, e passou a competência àquela Autarquia da confecção, implantação e coordenação das atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal, houve a necessidade de se promover a ocupação regular do imóvel situado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, Trecho 01, Área de Serviços Públicos, Lote I, galpões 1, 2 e 3 pelo DER/DF. Assim, em 29 de março de 2017 foi assinado o Termo de Cessão de Uso do Imóvel e atualmente estamos em fase final para assinatura do Termo de Cessão dos Bens Patrimoniais para fazer a transferência dos bens móveis àquele Departamento.

Como havia também material de uso para confecção, implantação e coordenação das atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal, foi transferido via Sistema Integrado de gestão de Material – SIGMA.NET o valor de R\$ 7.456.061,07 (Sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, sessenta e um real e sete centavos) em bens móveis de almoxarifado.

Com a ocupação do DER no imóvel do SIA, houve a necessidade de transferência de endereço do Almoxarifado da SEMOB para o Bloco G da TCB em setembro deste ano, juntamente com os R\$ 331.485,07 (Trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) em bens de almoxarifado.

Ainda, em setembro de 2017, houve a necessidade de mudança do Arquivo para o Estádio Nacional de Brasília para a ocupação de 6 (seis) salas, tendo em vista a solicitação da TCB de desocupação da Semob do espaço que estava cedido a esta Secretaria. Todos os bens patrimoniais foram transferidos junto com o acervo de massa documental.

Em julho, foi realizada a mudança de endereço das subsecretarias SUFISA, SUBSER e a JARI para o Ed. Touring tendo em vista a necessidade de reforma do Ed. do SAAN. Houve a transferência de parte dos bens patrimoniais e ainda a incorporação de todos os bens recebidos da doação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT em 2016 e ainda todos os bens da doação recebida em março do Tribunal de Contas da União - TCU.

Na área de Gestão de Pessoas, buscou-se, neste exercício de 2017, promover a capacitação dos servidores da Secretaria em temas estratégicos para a melhoria da gestão nas respectivas unidades, verificando junto as áreas as necessidades de qualificação.

Com esse objetivo foram empreendidas diversas consultas às escolas de governo sobre a possibilidade de se estabelecer acordos de cooperação e ainda estabelecemos ações no intuito de atingir o percentual de 40 % dos gestores devidamente habilitados em temas de liderança e gestão.

Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, podemos destacar as seguintes realizações em 2017:

- Apoio técnico na atualização do site da SEMOB;
- Implantação e aperfeiçoamento do sistema de chamados técnicos;
- Desenvolvimento de ferramentas para aperfeiçoamento do acesso à Intranet;



- Implantação e execução do PDTI;
- Apoio técnico para implantação do site do Bilhete Único portal;
- Ampliação e modernização das tecnologias para sistemas de reprografia e impressão da SEMOB.

FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE

No que se refere ao planejamento das ações de fiscalização, auditoria e controle, as ações desenvolvidas pela Semob podem ser classificadas em quatro tipos:

Setoriais – ações realizadas por cada uma das unidades que compõem a estrutura da Subsecretaria, de forma exclusiva (processamento de sanções, auditoria de conformidade, monitoramento operacional, vistoria de veículos em terminais, etc.);

Típicas – ações realizadas por qualquer auditor fiscal, em campo, independentemente da lotação, tendo por intuito ofertar resposta a demandas apresentadas (reclamações, denúncias, resultados de ações fiscais, etc.);

Específicas – ações de caráter similar ao das Típicas, mas com foco e periodicidade pré-definidos, em razão do interesse especial da Subsecretaria (Operação Hefesto[2], Operação São Pedro[3], Operação Ceres[4], Operação Corsário[5], etc.); e

Extraordinárias – ações de caráter diferenciado, desenvolvidas por equipe designada, para atendimento a demandas contingenciais ou emergenciais, visando oferta de resposta imediata.

Diante disso, no período em questão, entre ações planejadas e tarefas distribuídas, foram instruídos e movimentados 469 processos. Já no que se refere ao gerenciamento das atividades de cunho administrativo, foram instruídos e movimentados 118 processos.

Já, com relação às atividades de fiscalização voltadas para a formulação de entendimentos e respostas a solicitações e questionamentos de caráter técnico-legal apresentados, em 2017, a Semob trabalhou com a instrução, movimentação e manifestação em 98 processos.

Com relação à execução de ações de controle da prestação de serviços, mediante análise e avaliação dos dados operacionais registrados nos sistemas informatizados de controle, período em questão, foi monitorada diariamente a operação de 813 linhas, distribuídas pelos 9 delegatários (concessionárias HP – Urbi Mobilidade Urbana, Viação Pioneira, Viação Piracicabana, Expresso São José e Auto Viação Marechal e permissionárias Coobrataete, Cootarde, Coopatag e Coopertran) do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Como resultado desse monitoramento foram gerados 153 processos de aplicação de sanções disciplinares e, consequentemente, de acompanhamento evolutivo de desempenho, em razão da detecção continuada de descumprimentos da programação operacional estipulada.

Além disso, as ações de verificação das condições e das formas de uso e funcionamento dos equipamentos operacionais (veículos, validadores, garagens, etc.), mediante a realização de vistorias, inspeções e auditorias, implicaram na movimentação de 3903 processos vinculados.

Já no que se refere à execução de ações fiscais de caráter contingencial, especial, eventual e de pronto-atendimento, através da verificação das condições de prestação dos serviços *in loco*, com foco especial nos terminais/estações rodoviários e pontos de controle/soltura, em 2017, a Semob desenvolveu ações relacionadas a 306 processos.

Com relação à execução de ações de análise de receitas apuradas e custos contabilizados durante a prestação de serviços de transporte de passageiros, visando avaliação de adequação às normas estabelecidas, identificando a ocorrência de irregularidades (fraudes, simulações, usos indevidos de benefícios, etc.) e promovendo a abertura de processos de penalização de infratores, mediante a realização de procedimentos de auditoria de caráter técnico-operacional, a Semob executou ações do tipo elencado em 601 processos.



Ainda, no que compete à execução de ações de avaliação das condições de prestação dos serviços e dos prestadores, em especial no que tange à manutenção da capacidade técnica para atuação na condição de delegatários do Sistema de Transporte do Distrito Federal, tendo por foco específico a verificação de regularidade fiscal, de qualificação econômico-financeira e de cumprimento de

programas complementares determinados, por intermédio da realização procedimentos de auditoria de conformidade, operacional e mista, a Semob desenvolveu seus trabalhos no âmbito de 66 processos específicos.

No que se refere às atividades relativas ao processamento das sanções de caráter disciplinar, mediante instrução e movimentação dos processos administrativos decorrentes da prática de atos do poder de polícia administrativa, no período em tela, a Semob desenvolveu seus trabalhos no âmbito de 3189 processos do tipo em questão. Por outro lado, nas atividades relacionadas ao processamento das sanções de caráter contratual e normativo, mediante instrução e movimentação dos processos administrativos decorrentes da verificação de descumprimentos do tipo mencionado, a Semob debruçou-se na movimentação de 185 processos.

Já no âmbito da interlocução entre a sociedade e a unidade de Fiscalização, Auditoria e Controle da Semob, mediante a geração de insumos direcionadores das ações fiscais para a verificação das inadequabilidades por eles apontadas, de 01/08 as 27/12 do corrente ano, foram recebidos 457 pleitos da sociedade, sendo 333 convertidos em demandas para realização de ação fiscal e 124 respondidos de imediato, em razão de já haverem sido objeto de ações fiscais anteriores ou por falta de informações essenciais à apuração. Ainda, das 333 demandas elaboradas, 195 já foram respondidas em função de ações fiscais desencadeadas no período. As demais 138 demandas vinculam-se a ações fiscais ainda em andamento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES DE CONTROLE INTERNO

A Semob, por meio da Unidade de Controle Interno, neste exercício, acompanhou a apuração das demandas de correição administrativa da Secretaria visando à gestão adequada das verbas públicas, à proteção do patrimônio público e a identificação de eventuais infrações disciplinares.

Em agosto de 2017, foram publicadas as portarias da Política de Gestão de Riscos e a designação dos membros do Comitê de Riscos da Secretaria. Essa política estruturada não só facilita como também estimula a identificação das melhores oportunidades para a inovação e melhoria contínua do órgão.

Assim, a Secretaria de Mobilidade, em outubro de em 2017, iniciou à implantação da ferramenta Gestão de Risco,s que estabelece as boas práticas gerenciais conforme o Decreto nº 37.302, de 29/04/16, com a identificação do contexto de riscos em todas as áreas da Secretaria, com base na Norma Técnica ABNT ISO 31000:2009, que orienta as Diretrizes para a implementação da Gestão de Riscos.

Como benefícios da Gestão de Riscos à Secretaria, entre outros, podemos citar: redução de imprevistos, aproveitamento de oportunidades, melhoria do desempenho, economia, eficiência e gestão da informação para a tomada de decisão.

OUVIDORIA DA SEMOB

A Secretaria de Estado de Mobilidade, por meio de sua Ouvidoria, segue monitorando o tratamento da informação desde a entrada, aplicando rigoroso controle de qualidade na classificação das manifestações e no cumprimento dos prazos de resposta definitiva. O monitoramento das respostas fornecidas pelas concessionárias é feito rotineiramente pela equipe da Ouvidoria/Semob, verificando a efetividade dos procedimentos de apuração e a consistência das respostas.

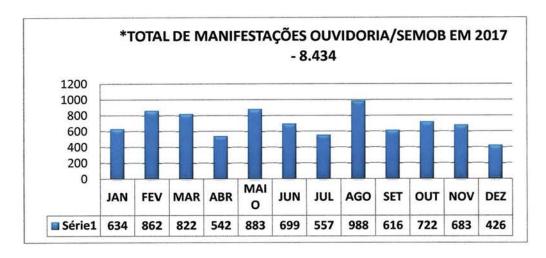
Além das atividades rotineiras triagem e monitoramento das manifestações, neste exercício foi possível realizar reuniões com as equipes de atendimento e gestão de pessoas das principais operadoras do STPC/DF, contando também com a participação da Ouvidoria do DFTrans, ocasiões nas quais foram tratados diversos assuntos, especialmente o fluxo das manifestações dentro das empresas operadoras e a interação destas com a Entidade Gestora do STPC/DF.



Com relação ao total de registros e distribuição, as tabelas e gráficos abaixo indicam o número total de manifestações processadas no período, distribuídas mensalmente (fig. 1), considerando o destinatário, operadores do STPC/DF ou unidades administrativas da Semob (fig. 2 e 3):

Total de manifestações: 8.434

Fig. 1



*Até 19/12/2017

FONTE: Sistema de Gestão de Ouvidorias - SIGO/DF, plataforma OUV-DF

Fig. 2

EMPRESA	PIONEI RA	URBI	UNDS/SEM OB	PIRACICABA NA	SÃO JOSE	MARECH AL	SUFIS A	TOTA L
PERCENTU AL	11%	21%	14%	14%	13%	8%	19%	100%
QUANTIDA DE	908	1.796	1.159	1.197	1.060	711	1.603	8.43 4

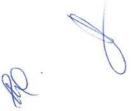
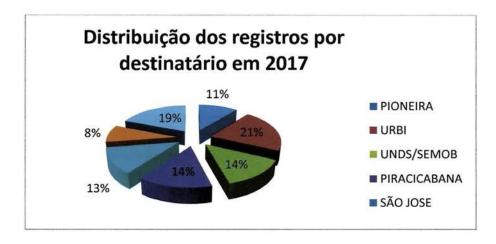


Fig. 3



FONTE: Sistema de Gestão de Ouvidorias - SIGO/DF, plataforma OUV-DF

Verificamos que operadora Urbi Mobilidade apresenta uma maior proporção de registros pelo fato de não possuir canal próprio de atendimento ao usuário, ou seja, a totalidade dos atendimentos dessa operadora é feita por meio do SIGO/DF. As demais operadoras possuem canal de atendimento, por telefone, e-mail, site, etc.

Importante ressaltar que a empresa Pioneira, apesar de possuir canal de atendimento por telefone, divulgado nos veículos não possui equipe dedicada exclusivamente ao atendimento, o que reflete em uma gestão menos eficiente das demandas encaminhadas via plataforma OUVIDF.

Destaca-se que a operadora Autoviação Marechal possui diversos canais de atendimento aos usuários: telefone, e-mail, aplicativos de mensagens instantâneas, etc. Isso vem se refletindo no número de manifestações registradas na plataforma OUV/DF, bem menor que nas demais empresas operadoras.

Quanto à Viação Piracicabana e São José, que possuem canais de atendimento direto, a participação nas manifestações registradas é de 14% e 13%, respectivamente. As respostas dessas operadoras têm sido adequadas no tocante ao cumprimento do prazo e qualidade das apurações e respostas.

As manifestações encaminhadas à área de fiscalização da SEMOB tem, basicamente, dois motivos principais: 1- tratam de reiterações de manifestações já tratadas pelas operadoras; e 2-manifestações dirigidas às cooperativas e operadores do transporte rural, pois não atendem por meio da plataforma OUV/DF.

Além desses dois motivos principais, são encaminhadas área de fiscalização as manifestações acerca do serviço e táxi e denúncias sobre transporte clandestino de passageiros.

Ao longo do exercício de 2017 a Secretaria de Mobilidade recebeu 74 pedidos com fundamento na Lei de Acesso à Informação – LAI (lei n.º 4990/2012, regulamentada pelo decreto n.º 34.276/2016).

Os pedidos foram encaminhados às Unidades da Semob no prazo máximo de 24 horas, contadas do recebimento, o que permitiu que os prazos estipulados em lei fossem rigorosamente cumpridos, tanto de resposta quanto para os recursos impetrados.

Dentre os atendimentos com fundamento na Lei de Acesso à Informação, destacam-se os pedidos relacionados ao Sistema de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de



Comunicação em Rede – STIP. Considerando a recente regulamentação dessa atividade, houve demanda por informações acerca das Empresas Operadoras e dos Prestadores do Serviço. Entretanto, as informações solicitadas até a presente data estão legalmente protegidas por sigilo. Salienta-se que não houve registro de reclamações à Autoridade de Monitoramento da LAI.

Ressaltamos, ainda, o recebimento de manifestações encaminhadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Foram 57 manifestações enviadas diretamente pela Ouvidoria do MP, tratando, principalmente, do acesso ao Passe Livre Estudantil.

Com a implantação do Bilhete Único em 2017, emergiu a necessidade de alteração nos processos de atendimento, com vistas a sua adequação às normas em vigor. Nesse contexto, iniciamos os estudos com vistas à normatização do atendimento das manifestações de usuários do STPC/DF pelas empresas operadoras.

PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

REDES SOCIAIS

Em 2017, a Semob divulgou suas principais ações por meio do facebook, utilizando uma linguagem informal e de fácil compreensão para a população.













Com um formato mais descontraído de postagens, notou- se que a página da Semob ganhou mais seguidores e, consequentemente, mais curtidas e compartilhamentos de notícias. Comparando com 2016, houve um crescimento de 33,13% no total de curtidas da página, conforme mostram os gráficos a seguir:

DEZEMBRO DE 2016

Total de curtidas na Página até hoje: 4.297



DEZEMBRO DE 2017

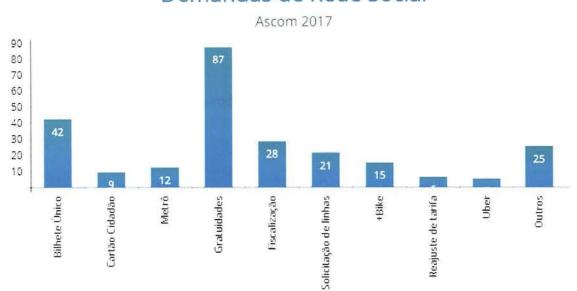
Total de curtidas na Página até hoje: 5.076



Com o aumento significativo do número de seguidores, a página da Mobilidade acabou se tornando uma ferramenta de fácil acesso para esclarecer as dúvidas e acolher as sugestões e reclamações dos usuários do Sistema. As demandas recebidas foram encaminhadas aos órgãos responsáveis para o auxílio na resposta.

P.

Demandas de Rede Social



Em 2017, a rede social da Semob foi procurada 250 vezes com os mais diversos questionamentos.



E-MAIL

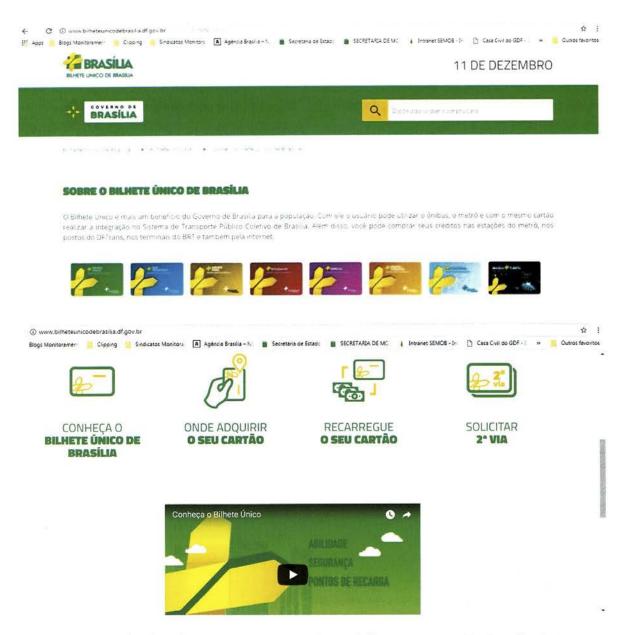
Com relação às demandas da imprensa, em 2017 foram respondidas 1.396 perguntas sobre os mais diversos assuntos, enquanto em 2016, foram 633, ou seja, um aumento de 120,54%.



CAMPANHAS

A Semob também atuou na construção e na divulgação de campanhas do Governo de Brasília relacionadas a mobilidade. Uma das principais entregas foi o Bilhete Único. A ação traz uma grande melhoria para o sistema, além de proporcionar mais conforto, segurança e economia para os usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

Desde setembro de 2017, os usuários do sistema passaram a contar com uma família de dez cartões para atender às diferentes necessidades da população, o que possibilita fazer a integração modal e intermodal e economizar com a passagem. Antes, o passageiro que possuía o cartão de bilhetagem do metrô não podia usufruir do benefício da integração com o sistema rodoviário. Além disso, a população também passou a usufruir de 20 pontos para a compra de cartão e 33 pontos para recarga, além da internet.



Em conjunto com outros órgãos do governo, a Semob também atuou na divulgação de importantes ações, como por exemplo, a atualização cadastral do PCD – Pessoas com Deficiência - que tem como objetivo atualizar os bancos de dados do governo e proporcionar mais segurança aos usuários do cartão + Especial por meio da biometria facial.



& F



Também, junto com a Publicidade do governo, a Secretaria de Mobilidade definiu o plano de comunicação do +Bike, lançado em agosto de 2017. A iniciativa tem como um dos objetivos ampliar a infraestrutura cicloviária da capital, conectando as ciclovias já existentes e criando uma rede integrada para facilitar o deslocamento dos ciclistas.



CAMPANHAS INTERNAS

A Semob também produziu e divulgou diversas campanhas internas com o objetivo de informar e promover a integração dos servidores, como por exemplo, o uso consciente da água, a doação de agasalho, o uso do email institucional, apresentação da carta de serviços, mediação de conflitos entre agentes públicos, entre outros.





Não deixe a vida escorrer pelo ralo.

Vicas de economia de água

Use a água de forma consciente e racional.



CLIQUE E DESCUBRA







4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Mobilidade se empenhou, no exercício de 2017, para aprimorar os métodos e os processos organizacionais, com a adoção de novas tecnologias e modelos de gestão eficazes, para a otimização dos recursos disponíveis, redução de custos e elevação da qualidade dos serviços da SEMOB, a fim de cumprir a sua missão e alcançar os seus objetivos estratégicos institucionais.

A Semob lançou, em Setembro de 2017, o Bilhete Único, com uma nova família de cartões.Neste novo sistema, o acesso dos usuários à integração do transporte público é facilitado. Com R\$5,00, o cidadão pode realizar viagens em diversos modos de transporte - ônibus, micro-ônibus e metrô - em um período de até três horas, o que resulta em maior economia para o passageiro. A medida também traz mais segurança aos usuários, que não precisam portar dinheiro e podem solicitar o bloqueio do cartão em caso de extravio.

Aliada à criação do Bilhete Único de Brasília, a Secretaria, em conjunto com o DFTrans e as concessionárias de ônibus, está instalando o sistema de Biometria Facial em toda frota de ônibus, ação que será concluída em fevereiro de 2018. Os testes e as primeiras instalações comprovaram que o equipamento ajuda a coibir fraudes e a reduzir prejuízos ao sistema e à população, visto que

detecta incongruências no uso dos benefícios garantidos por lei.

No que tange à execução orçamentária, observa-se que as despesas realizadas foram aquém dos valores autorizados em razão, principalmente, dos Programas de Trabalho relativos às obras do BRT-Sul e da DF-047, que juntos corresponderam a 77,56% dos recursos autorizados e não empenhados. No caso do BRT-SUL, há o posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para a não realização dos pagamentos ao Consórcio responsável pela obra, como já exposto.

Por outro lado, pela primeira vez no Distrito Federal, logrou-se reunir os esforços antes dispersos da área de mobilidade em um único programa, o Circula Brasília. Este grande programa da mobilidade, extremamente estratégico para o Governo, lançado no ano de 2016, destacou-se no ano de 2017 com algumas entregas: a conclusão das obras de construção de dois novos terminais rodoviários (Samambaia Norte e Samambaia Sul) e da reforma de dois outros terminais rodoviários (Núcleo Bandeirante e Planaltina), ações realizadas no escopo do Programa de Transporte Urbano, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2018, serão realizadas, ainda, as obras de reforma do Terminal de Ônibus de Sobradinho, para melhor atender a população local, e de alargamento de pontes na EPTG, no intuito de promover maior fluidez na via. Grande destaque também em 2017 para as ações da mobilidade ativa, compostas pela mobilidade à pé e ciclomobilidade, tendo como ação de maior relevância o +Bike.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede, um serviço inovador e polêmico em todas as cidades brasileiras. A regulamentação, apoiada em fundamentos consistentes, permitiu maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Em 2018, prevê-se a consolidação dessa regulamentação. Além disso, a entrega de mais três terminais, dentre novas obras e reformas, bem como a licitação de trechos do BRT-SUL e do Expresso Norte.

Identificação dos Responsáveis

Nome do Titular da Unidade Orçame	entária: DENIS DE MOURA SOARES
Telefone: 3441-3408	e-mail da Instituição: gab@semob.df.gov.br
Assinatura:	
Responsável pela elaboração:	
Agente de Planejamento: JANAÍNA DI	IAS DE OLIVEIRA JARDIM
Telefone: 3441-3469 / 3441-3465	e-mail: janaina.jardim@semob.df.gov.br
Assinatura:	
119	
	/